

Águas de Matão S.A

**Demonstrações financeiras
referentes aos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2016 e
2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Diretores e Quotistas da
Águas de Matão S.A.
Matão – SP

Revisamos as demonstrações financeiras da Águas de Matão S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações financeiras (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações financeiras de acordo com as referidas normas é um trabalho de assecuração limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.

Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações financeiras não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas de Matão S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Valores correspondentes

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por nós que emitimos relatório sem ressalvas datado de 15 de março de 2016.

São Paulo, 15 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Águas de Matão S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2016 (não auditado)	2015	Passivos	Nota	2016 (não auditado)	2015
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.057	445	Fornecedores e empreiteiros	9	2.189	2.560
Aplicações financeiras	5	22.087	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	4.117	34.275
Contas a receber de clientes	6	5.338	4.628	Obrigações trabalhistas e sociais	11	870	763
Ativo fiscal corrente		266	58	Obrigações fiscais		214	229
Outros créditos		198	350	Instrumentos financeiros derivativos	19	349	-
Total do ativo circulante		<u>28.946</u>	<u>5.481</u>	Outras contas a pagar		<u>200</u>	<u>248</u>
				Total do passivo circulante		<u>7.939</u>	<u>38.075</u>
Contas a receber de clientes	6	311	138				
Ativos fiscais diferidos	18	3.573	4.015	Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	50.072	8.608
Outros créditos		176	118	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	8	1.688	5.119
Total do realizável a longo prazo		<u>4.060</u>	<u>4.271</u>	Provisão para contingências	12	267	95
				Instrumentos financeiros derivativos	19	<u>3.556</u>	<u>-</u>
Intangível	7	<u>53.273</u>	<u>48.295</u>	Total do passivo não circulante		<u>55.583</u>	<u>13.822</u>
Total do ativo não circulante		<u>57.333</u>	<u>52.566</u>	Patrimônio líquido	13		
				Capital social		37.433	14.233
				Ajuste de avaliação patrimonial		(2.209)	-
				Prejuízos acumulados		<u>(12.467)</u>	<u>(8.083)</u>
				Patrimônio líquido		<u>22.757</u>	<u>6.150</u>
				Total do passivo		<u>63.522</u>	<u>51.897</u>
Total do ativo		<u>86.279</u>	<u>58.047</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>86.279</u>	<u>58.047</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Matão S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016 (não auditado)	2015
Receita operacional líquida	14	39.514	38.366
Custos dos serviços prestados	15	<u>(29.751)</u>	<u>(31.790)</u>
Lucro bruto		<u>9.763</u>	<u>6.576</u>
Despesas de vendas, administrativas e gerais	16	(6.147)	(5.464)
Outras receitas operacionais		-	11
Outras despesas operacionais		<u>(3)</u>	<u>-</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>3.613</u>	<u>1.123</u>
Receitas financeiras	17	5.780	611
Despesas financeiras		<u>(12.197)</u>	<u>(6.784)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(6.417)</u>	<u>(6.173)</u>
Prejuízo antes dos impostos		<u>(2.804)</u>	<u>(5.050)</u>
Imposto de renda e contribuição social	18	<u>(1.580)</u>	<u>1.638</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(4.384)</u></u>	<u><u>(3.412)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Matão S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016 (não auditado)	2015
Prejuízo do exercício	<u>(4.384)</u>	<u>(3.412)</u>
Outros resultados abrangentes:		
Valor justo de derivativos	(3.347)	-
IR/CS sobre valor justo de derivativos	<u>1.138</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(6.593)</u></u>	<u><u>(3.412)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Matão S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajuste avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01º de janeiro de 2015 (não auditado)	<u>7.000</u>	<u>-</u>	<u>(4.671)</u>	<u>2.329</u>
Aumento de capital social	7.233	-	-	7.233
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.412)</u>	<u>(3.412)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>14.233</u>	<u>-</u>	<u>(8.083)</u>	<u>6.150</u>
Valor justo de derivativos	-	(2.209)	-	(2.209)
Aumento de capital social	23.200	-	-	23.200
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.384)</u>	<u>(4.384)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (não auditado)	<u><u>37.433</u></u>	<u><u>(2.209)</u></u>	<u><u>(12.467)</u></u>	<u><u>22.757</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Matão S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016 (não auditado)	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos impostos	(2.804)	(5.050)
Ajustes para:		
Amortização	1.888	1.396
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.428	5.781
Amortização do custo de captação	269	-
Variação cambial	(200)	-
Perda com instrumentos financeiros derivativos	2.490	-
Juros sobre aplicações financeiras	(1.627)	-
Ajuste a valor presente de clientes	(203)	-
Provisão para contingências	176	8
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	814	1.098
Baixa de títulos do contas a receber	990	-
	<u>7.221</u>	<u>3.233</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) / Diminuição dos ativos		
Contas a receber de clientes	(2.370)	(3.023)
Ativo fiscal corrente	2	65
Outros créditos	94	(357)
Aumento / (Diminuição) dos passivos		
Fornecedores e empreiteiros	(371)	(996)
Obrigações trabalhistas e sociais	107	268
Obrigações fiscais	(15)	45
Pagamentos de contingências	(4)	-
Outras contas a pagar	(161)	(1)
Juros pagos	<u>(6.018)</u>	<u>(5.063)</u>
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais	<u>(1.515)</u>	<u>(5.829)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(20.670)	2.322
Aquisição de intangível	<u>(6.734)</u>	<u>(13.292)</u>
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(27.404)</u>	<u>(10.970)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Aumento de capital	14.600	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	45.195	4.700
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	(35.433)	-
Conta corrente líquida partes relacionadas	<u>5.169</u>	<u>12.352</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>29.531</u>	<u>17.052</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>612</u>	<u>253</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	445	192
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>1.057</u>	<u>445</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>612</u>	<u>253</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Águas de Matão S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede localizada na cidade de Matão, São Paulo. A Companhia foi constituída em 18 de outubro de 2013 com a denominação de AEFA Participações Ltda. Em 13 de dezembro de 2013, com a mudança do tipo jurídico, a razão social também foi alterada para a atual, iniciando efetivamente suas operações em 14 de fevereiro de 2014, de acordo com o Termo de Ordem de Início e Contrato de Concessão nº 77/2013 firmado com a Prefeitura Municipal de Matão - SP, concessão esta obtida pela Companhia mediante participação no processo licitatório nº 002/2013 o qual a Companhia foi declarada vencedora por apresentar a melhor proposta técnica e comercial.

O objeto do referido contrato de concessão consiste na exploração dos serviços públicos de saneamento básico, produção e fornecimento de água e esgotamento sanitário outorgados em toda a área territorial do município de Matão, São Paulo, sob o regime de concessão, com parceria-público privada, na modalidade administrativa, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 30 anos, renovável por igual período.

O contrato e seus aditivos, preveem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da Concessão em R\$ 75.016. Em 31 de dezembro de 2014, todos os marcos contratuais para atingimento de 100% de abastecimento de água e 100% da coleta e tratamento de esgoto estavam atendidos.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 15 de março de 2017.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 6 - reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;

Nota explicativa nº 7 - definição de vida útil do ativo intangível;

Nota explicativa nº 12 - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e

Nota explicativa nº 18 - reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

(i) *Contratos de concessão de serviços*

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico nº 17 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Construção.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(ii) *Serviços de abastecimento de água e esgoto*

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário é reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(iii) *Outros serviços indiretos de água e esgoto*

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se a prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados.

b. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger sua exposição ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Hedges de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto do *hedge* afeta o resultado.

Caso (i) a ocorrência da transação prevista não seja esperada, (ii) o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, (iii) o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quando à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

(v) Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto, são reconhecidos como passivo.

c. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de exploração de infraestrutura - veja item “m”.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

- Intangível em andamento;

São custos diretamente atribuíveis a construção de infraestrutura que incluem gastos com material, mão de obra direta e juros capitalizados dos empréstimos, financiamentos e debêntures.

d. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

inadimplência ou atrasos do devedor;

reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;

mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

O valor recuperável de um ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

e. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g. Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2016 com relação a este assunto.

h. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

i. Benefícios a empregados

(i) *Benefício de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) *Benefício pós-emprego - planos de saúde*

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é co-patrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

j. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e debêntures. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre debêntures. Custos de dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

k. Moeda estrangeira

(i) *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

l. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido tendo como base o prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

m. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

Em consideração à orientação contida nos itens 12 a 14 da OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia adotou a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo, caso fosse aplicável, dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima à zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou prazo da concessão, dos dois o menor.

n. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20(R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Empresa não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros / CPC 48	Refere-se ao projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 - Receitas com Clientes / CPC 47	Refere-se à convergência do IASB (“ <i>International Accounting Standards Board</i> ”), sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16 - Arrendamentos	Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.
Modificações à IAS 7 / CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Iniciativa de Divulgação.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

A Administração da Empresa iniciou uma avaliação e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos a serem reportados. No entanto, o atual estágio dessa avaliação não permite quantificar os efeitos, se houver, até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu o pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes ao IFRS 16 - Arrendamentos. Portanto, a adoção antecipada desse IFRS

16 - Arredamento não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

p. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	2016	2015
	(não auditado)	
Caixa	5	6
Bancos conta movimento	1.052	439
	<u>1.057</u>	<u>445</u>

Os saldos de caixa e bancos conta movimento compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

5 Aplicações financeiras

Modalidade	Taxa de juros média a.a. %	Vencimento	2016
			(não auditado)
Aplicações pós-fixadas	100% do CDI	junho/21	2.136
Fundo de Investimento Safira	101,12% a 102,42% do CDI	indeterminado	19.951
			<u>22.087</u>

As cotas adquiridas do Safira Fundo de Investimento, gerido pelo Banco *BTG Pactual Asset Management DTVM S.A.*, correspondem a aplicações em um fundo, não exclusivo, de investimentos multimercado de crédito privado, devidamente registrado junto a CVM. As cotas são resgatáveis a qualquer prazo conforme as necessidades de liquidez da Companhia. A carteira do fundo é composta por Certificados de Depósito Bancário (“CDB”), Operações Compromissadas, Letras Financeiras, Títulos do Tesouro e outros fundos conforme previsto em sua política de investimentos.

Essas aplicações financeiras são destinadas a cumprir com o orçamento de capital face à necessidade de investimento na infraestrutura.

As receitas de juros sobre aplicações financeiras são consideradas nas demonstrações dos fluxos de caixa como atividade operacional. Os resgates das aplicações financeiras e suas captações são consideradas nas demonstrações dos fluxos de caixa de atividades de investimento.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 19 - Instrumentos financeiros.

6 Contas a receber de clientes

	2016 (não auditado)	2015
Faturamento de serviços de água e esgoto	5.790	5.606
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	1.487	789
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.628)	(1.629)
	5.649	4.766
Circulante	5.338	4.628
Não circulante	311	138

O vencimento das contas a receber na data das demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está assim representado:

(não auditado)					
Saldos vencidos - 2016					
Classe de consumidor	Saldos a vencer	Até 180 dias	Acima de 180 dias	Total	Total 2016
Residencial	735	1.520	38	1.558	2.293
Comercial	349	286	47	333	682
Industrial	141	169	-	169	310
Setor público	252	1.068	121	1.189	1.441
Subtotal consumidores	1.477	3.043	206	3.249	4.726
Renegociações (i)	895	169	-	169	1.064
	2.372	3.212	206	3.418	5.790

Saldos Vencidos					
Classe de consumidor	Saldo a vencer	Até 180 dias	Mais de 180 dias	Total	Total em 2015
Residencial	794	2.024	605	2.629	3.423
Comercial	363	421	202	623	986
Industrial	116	158	104	262	378
Setor público	246	237	74	311	557
Subtotal consumidores	1.520	2.840	985	3.825	5.344
Renegociações	262	-	-	-	262
Total	1.782	2.840	985	3.825	5.606

(i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2016 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 66 (R\$ 269 em 31 de dezembro de 2015) calculados individualmente para cada fatura, com base na taxa anual de desconto de 8,72%. Em 31 de dezembro de 2016, foram registrados no resultado do exercício reversão no montante de R\$ 203 de ajuste a valor presente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes. Segue abaixo detalhamento da provisão para crédito de liquidação duvidosa por classe de consumidor:

(não auditado)					
Saldos vencidos - 2016					
	Saldos a vencer	Até 180 dias	Acima de 180 dias	Total	Total em 2016
Residencial	(21)	(136)	(38)	(174)	(195)
Comercial	(7)	(61)	(47)	(108)	(115)
Industrial	(33)	(115)	-	(115)	(148)
Setor público	(136)	(824)	(121)	(945)	(1.081)
Renegociações	(55)	(34)	-	(34)	(89)
	<u>(252)</u>	<u>(1.170)</u>	<u>(206)</u>	<u>(1.376)</u>	<u>(1.628)</u>

Saldos vencidos - 2015					
	Saldos a vencer	Até 180 dias	Mais de 180 dias	Total	Total em 2015
Residencial	(37)	(191)	(605)	(796)	(833)
Comercial	(6)	(120)	(202)	(322)	(328)
Industrial	(27)	(129)	(104)	(233)	(260)
Setor público	(39)	(88)	(74)	(162)	(201)
Renegociações	(7)	-	-	-	(7)
	<u>(116)</u>	<u>(528)</u>	<u>(985)</u>	<u>(1.513)</u>	<u>(1.629)</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

(não auditado)					
Natureza	Saldo em 2015	(+) Adições	(-) Reversões	(-) Baixa de títulos	Saldo em 2016
Correntes	(1.622)	(1.630)	898	815	(1.539)
Renegociações	(7)	(101)	19	-	(89)
	<u>(1.629)</u>	<u>(1.731)</u>	<u>917</u>	<u>815</u>	<u>(1.628)</u>

Natureza	Saldo em 2014 (não auditado)	(+) Adições	(-) Reversões	Saldo em 2015
Correntes	(531)	(1.963)	872	(1.622)
Renegociações	-	(7)	-	(7)
	<u>(531)</u>	<u>(1.970)</u>	<u>872</u>	<u>(1.629)</u>

A Administração da Companhia tem adotado uma série de medidas visando identificar as causas de inadimplência e vem implementando diversas ações com o intuito de reduzi-la. Entre essas medidas conta com a revisão dos hidrômetros, o parcelamento de débitos, a manutenção de um programa de cortes permanente e o combate sistemático às fraudes e ligações clandestinas.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de contas a receber corrente em atraso acima de 180 dias que indicam que os clientes não devem pagar seus saldos pendentes.

A Administração também constitui provisão complementar para contas a receber corrente e parcelamentos a vencer e vencidos há menos de 180 dias proveniente de clientes que possuem fatura(s) baixadas como perda efetiva.

A Companhia trata os títulos a receber vencidos a mais de 180 dias, de valores individuais abaixo de R\$ 5 e os inadimplidos a partir de 08 de outubro de 2014 de valores abaixo de R\$ 15, nos registros contábeis como perda efetiva utilizando o mesmo critério do tratamento fiscal conforme Leis 9.430/96 e 13.097/15, sem prejuízo da

manutenção da cobrança dos mesmos. . Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia efetuou a baixa efetiva dos títulos das contas a receber no valor de R\$ 815, tendo como contrapartida a provisão para crédito de liquidação duvidosa, ambas as contas do ativo circulante e não circulante, não tendo efeito no resultado do exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram baixados títulos diretamente no resultado do exercício no montante de R\$ 990.

7 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil	Taxa média anual	2016 (não auditado)			2015
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	30	3,6%	23.823	(2.382)	21.441	22.236
Instalações técnicas de saneamento	25	4,0%	12.823	(563)	12.260	6.883
Edificações de estações de tratamento	de 27 a 30	3,5%	12.995	(748)	12.247	11.541
Máquinas e equipamentos	de 05 a 29	3,7%	2.969	(241)	2.728	2.847
Outros componentes	de 02 a 30	4,3%	4.227	(224)	4.003	2.766
			56.837	(4.158)	52.679	46.273
Intangível em andamento						
Intangível em andamento			531	-	531	732
Adiantamento a fornecedores			-	-	-	1.205
			531	-	531	1.937
Software						
Licença de uso de software	05	19,2%	117	(54)	63	85
			117	(54)	63	85
			57.485	(4.212)	53.273	48.295

b. Movimentação do custo

Ativo	2015	2016 (não auditado)			
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de concessão	23.824	-	-	(1)	23.823
Instalações técnicas de saneamento	7.015	-	-	5.808	12.823
Edificações de estações de tratamento	11.881	-	-	1.114	12.995
Máquinas e equipamentos	2.969	-	-	-	2.969
Outros componentes	2.876	3	-	1.348	4.227
	48.565	3	-	8.269	56.837
Intangível em andamento					
Intangível em andamento	732	8.068	-	(8.269)	531
Adiantamento a fornecedores	1.205	-	(1.205)	-	-
	1.937	8.068	(1.205)	(8.269)	531
Software					
Licença de uso de software	117	-	-	-	117
	117	-	-	-	117
	50.619	8.071	(1.205)	-	57.485

Ativo	2014 (não auditado)	2015			
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de Concessão	24.202	-	(378)	-	23.824
Instalações técnicas de saneamento	1.093	7	-	5.915	7.015
Edificações de estações de tratamento	2.917	1.213	-	7.751	11.881
Máquinas e equipamentos	200	24	-	2.745	2.969
Outros componentes	651	20	-	2.205	2.876
	29.063	1.264	(378)	18.616	48.565
Intangível em andamento					
Intangível em andamento	8.244	11.104	-	(18.616)	732
Adiantamento a fornecedores	-	1.205	-	-	1.205
	8.244	12.309	-	(18.616)	1.937
Software					
Licença de uso de software	105	12	-	-	117
	105	12	-	-	117
	37.412	13.585	(378)	-	50.619

c. Movimentação da amortização

Ativo	2015	2016 (não auditado)	
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura			
Outorga / Contrato de concessão	(1.588)	(794)	(2.382)
Instalações técnicas de saneamento	(132)	(431)	(563)
Edificações de estações de tratamento	(340)	(408)	(748)
Máquinas e equipamentos	(122)	(119)	(241)
Outros componentes	(110)	(114)	(224)
	(2.292)	(1.866)	(4.158)
Software			
Licença de uso de software	(32)	(22)	(54)
	(32)	(22)	(54)
	(2.324)	(1.888)	(4.212)

Ativo	2014 (não auditado)	2015	
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura			
Outorga / Contrato de Concessão	(809)	(779)	(1.588)
Instalações técnicas de saneamento	(6)	(126)	(132)
Edificações de estações de tratamento	(65)	(275)	(340)
Máquinas e equipamentos	(16)	(106)	(122)
Outros componentes	(22)	(88)	(110)
	(918)	(1.374)	(2.292)
Software			
Licença de uso de software	(10)	(22)	(32)
	(10)	(22)	(32)
	(928)	(1.396)	(2.324)

O ativo intangível, registrado nas rubricas direito de exploração da infraestrutura e em andamento, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando o menor prazo entre a vida útil do bem e o prazo de concessão.

Os juros capitalizados sobre empréstimos na rubrica de intangível em andamento totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$ 132 e uma taxa média de 13,03% a.a. (R\$ 293 e uma taxa média de 15.17%, a.a. em 2015), e estão sendo considerados dentro das adições do “Intangível em andamento”, no demonstrativo acima.

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor. A Administração da Companhia não identificou nenhum fato que justificasse efetuar uma provisão em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

8 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2016 a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração, totalizou R\$ 959 (R\$ 921 em 31 de dezembro de 2015). Este montante foi registrado no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego (exceto pelo plano de saúde mencionado na nota explicativa nº 3 i (ii)), outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Greq Participações e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm a maioria das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações de prestação de serviço com empresas ligadas do mesmo grupo econômico.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	2016 (não auditado)	2015
Ativo circulante		
Outras contas a receber		
Águas do Mirante S.A. (a)	118	62
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo intangível no período		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (a)	1.325	1.507
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	13	17
	1.338	1.524
	1.456	1.586
	2016	2015
	(não auditado)	
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 9)		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (a)	328	416
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b)	135	282
GSS - Gestão de Sistema de Saneamento Ltda. (a)	12	22
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	52	28
	527	748
Passivo não circulante		
Contas correntes a pagar partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (c)	1.688	5.119
	1.688	5.119
Debêntures privadas partes relacionadas (nota explicativa nº10)		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (d)	9.974	8.608
	9.974	8.608
	12.189	14.475

	2016 (não auditado)	2015
Resultado do exercício		
Custos dos serviços prestados		
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (a)	-	12
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	274	139
	274	151
Despesas de vendas, administrativas e gerais		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b)	1.564	1.437
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (a)	157	141
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	115	93
	1.836	1.671
	2.110	1.822

- (a) Refere-se a contratação de serviços associada a obras de ampliação de rede de distribuição de água e rede de tratamento de esgoto prestado pela Aegea Engenharia e Comércio Ltda., serviços de implementação e manutenção software prestado pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda., serviços de locação de veículos prestado pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. e a repasse de gastos administrativos e operacionais.
- (b) A natureza dos valores resume ao repasse de gastos com prestação de serviços de contabilidade; fiscal/auditoria fiscal; financeiro; recursos humanos; jurídico; auditoria interna; planejamento controle e gestão; e tecnologia da informação, prestados pelo centro de serviços administrativos ("CAA" - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Barbara D'Oeste, no Estado de São Paulo.
- (c) Os valores referentes a essas transações estão mantidos no passivo não circulante e referem-se a movimentações financeiras para suprimento de caixa, sem remuneração específica e sem prazo de vencimento.
- (d) Os saldos mantidos no passivo não circulante referem-se a emissão de debêntures privadas emitidas pela Companhia com prazo de vencimento em agosto de 2027 conforme nota explicativa nº 10.

9 Fornecedores e empreiteiros

	2016 (não auditado)	2015
Fornecedores de materiais e serviços	1.662	1.812
Fornecedores partes relacionadas (veja nota explicativa nº 8)	527	748
	2.189	2.560

10 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento	Valor Contratado	Valor Captado	2016 (não auditado)	2015
Capital de giro (ponte)	CDI + 1,90% a.a.	agosto/16	33.500	33.500	-	34.275
Debêntures privadas	CDI + 1,65% a.a.	agosto/27	7.500	7.500	9.974	8.608
Loan	Libor + 3,25% a.a.	dezembro/26	45.836	45.836	44.215	-
					54.189	42.883
					4.117	34.275
Circulante					4.117	34.275
Não circulante					50.072	8.608

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida - Empréstimos

	2016	2015
	(não auditado)	
2018	4.605	-
2019	4.605	-
2020	4.605	-
2021	4.605	-
2022 em diante	23.027	-
	<u>41.447</u>	<u>-</u>

Cronograma de amortização da dívida - Debêntures

	2016	2015
	(não auditado)	
2022 em diante	9.974	8.608
Total	<u>9.974</u>	<u>8.608</u>

	2016	2015
	(não auditado)	
Custo de captação (não circulante)	(1.349)	-
Total	<u>50.072</u>	<u>8.608</u>

Durante o exercício de 2016, a Companhia incorreu em custos de captação no montante de R\$ 640 (R\$ 920 em 2015) totalizando o saldo de R\$ 1.500 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 1.129 em 31 de dezembro de 2015) os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Em 29 de agosto de 2014, Companhia contratou uma linha de crédito (Cédula de Crédito Bancário - CCB) com o HSBC no montante total de R\$ 33.500 para fazer frente ao seu programa de investimentos (empréstimo ponte). O empréstimo teve vencimento em 19 de agosto de 2016, com amortização de principal em uma única parcela na data de vencimento. Mediante o desembolso do financiamento de longo prazo, esse empréstimo foi totalmente liquidado.

Em 03 de outubro de 2014, mediante a 1ª emissão, a Companhia emitiu 7.500 (sete mil e quinhentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa, sem a emissão de certificados, com valor unitário de um real cada, e será realizada em até 6 séries, com valor nominal total de R\$ 7.500, tendo o prazo de vencimento em 03 de agosto de 2027.

Em 22 de dezembro de 2014, a Companhia contratou uma linha de crédito com a *Societe de Promotion Et De Participation Pour La Cooperation Economique S.A. (PROPARCO)* no valor de US\$ 14.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2026, carência até 15 de dezembro de 2017 e amortização de principal em 19 parcelas iguais.

A Companhia concedeu garantias relacionadas a tal operação, dentre elas as mais importantes são:

- Garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A;
- Penhor de conta corrente onde obrigatoriamente transitam 100% dos recebíveis da Companhia;
- Penhor de 100% das ações da Companhia detidas pela Aegea Saneamento e Participações S.A; e
- 19 notas promissórias emitidas pela Companhia, cada uma para uma parte de 1/19 do valor correspondentes à 110% do valor de principal em aberto do empréstimo.

Em 29 de julho de 2016, ocorreu o desembolso no valor total de R\$ 45.836 (US\$ 14.000 no valor original), convertido pela taxa R\$ 3,274.

Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, a Companhia contratou junto ao Banco Santander instrumento derivativo de *Cross Currency Swap*, sendo seu custo final de CDI + 2,70% a.a. Esse instrumento derivativo tem o mesmo período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais durante todo o período do financiamento.

A Companhia mantém em seus empréstimos, financiamentos e debêntures garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas qualitativas e quantitativas referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2016.

11 Obrigações trabalhistas e sociais

	2016 (não auditado)	2015
Salários e ordenados	60	37
Participação nos lucros	490	424
Provisão de férias	172	164
Encargos sociais	148	138
	<u>870</u>	<u>763</u>

12 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributários e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que está envolvida.

A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2016 (não auditado)	2015
Contingências cíveis	229	90
Contingências trabalhistas	38	5
	<u>267</u>	<u>95</u>

Natureza	(não auditado)				2016
	2015	Adições	Baixas	Pagamentos	
Cível	90	425	(282)	(4)	229
Trabalhista	5	41	(8)	-	38
	<u>95</u>	<u>466</u>	<u>(290)</u>	<u>(4)</u>	<u>267</u>

Natureza	2014 (não auditado)			2015
		Adições	Baixas	
Cível	84	12	(6)	90
Trabalhista	3	5	(3)	5
	<u>87</u>	<u>17</u>	<u>(9)</u>	<u>95</u>

a. Processos trabalhistas

Os processos relacionados a reclamações referente à cobrança de horas extras, descanso semanal remunerado e adicional noturno, em 31 de dezembro de 2016 totalizam R\$ 56 (R\$ zero em 31 de dezembro de 2015).

b. Processos cíveis

Os processos cíveis correspondem principalmente as causas envolvendo pleitos de clientes acerca de cortes indevidos, retorno de esgoto, desapropriações e servidão, em 31 de dezembro de 2016, totalizam R\$ 230 (R\$ 274 em 31 de dezembro de 2015), que foram avaliadas como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração, portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esse processo tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 08 de julho de 2015, a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A., e acionista Aegea Engenharia e Comércio Ltda, subscreveram e integralizaram capital social na Companhia, no valor de R\$ 7.233, mediante a emissão de 7.233 novas ações ordinárias nominativas, com o valor nominal de um real cada.

Em 30 de junho de 2016, a acionista Aegea Saneamento e participações S.A. e acionista Aegea Engenharia e Comércio Ltda, subscreveram e integralizaram capital social na Companhia no valor de R\$ 23.200, sendo que R\$ 8.600 foi mediante a capitalização de crédito de contas correntes que a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. detinha com a Companhia, e R\$ 14.600 em moeda corrente, totalizando um capital social de R\$ 37.433.

Em 31 de dezembro de 2016 os sócios e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

	2016	2015
	(não auditado)	
Aegea Saneamento e Participações S.A.	99,99%	99,99%
Aegea Engenharia e Comércio Ltda.	0,01%	0,01%
Total	100,00%	100,00%

14 Receita operacional líquida

	2016	2015
	(não auditado)	
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	15.914	14.229
Outros serviços indiretos de água	1.035	-
Serviços de esgoto	17.950	14.804
Outros serviços indiretos de esgoto	14	-
Receita de serviços	-	1.610
Receitas de construção	8.068	11.104
	42.981	41.747
Deduções da receita bruta		
(-) Cancelamentos	(262)	(602)
(-) Impostos sobre serviços	(3.205)	(2.779)
Total da receita operacional líquida	39.514	38.366

15 Custos dos serviços prestados

	2016	2015
	(não auditado)	
Pessoal	(1.361)	(1.443)
Conservação e manutenção	(280)	(223)
Serviços de terceiros	(490)	(702)
Materiais, equipamentos e veículos	(286)	(375)
Amortização	(1.839)	(1.396)
Créditos de PIS e COFINS sobre amortização	103	85
Custo de concessão	(184)	-
Custo de serviço de tratamento de esgoto	(12.282)	(11.275)
Custo de construção	(8.068)	(11.104)
Energia elétrica	(4.280)	(4.318)
Produtos químicos	(164)	(172)
Locação	(494)	(577)
Outros custos	(126)	(290)
	<u>(29.751)</u>	<u>(31.790)</u>

16 Despesas de vendas, administrativas e gerais

	2016	2015
	(não auditado)	
Pessoal	(869)	(1.142)
Conservação e manutenção	(93)	(20)
Serviços de terceiros	(2.053)	(2.018)
Materiais, equipamentos e veículos	(123)	(122)
Amortização	(49)	-
Energia elétrica	(26)	(25)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(814)	(1.098)
Baixa de títulos do contas a receber	(990)	-
Seguros	(52)	(114)
Viagens e estadias	(9)	(60)
Provisão para contingências	(176)	(8)
Impostos, taxas e contribuições	(83)	(10)
Locação	(240)	(250)
Publicidade e propaganda	(351)	(380)
Outras despesas	(219)	(217)
	<u>(6.147)</u>	<u>(5.464)</u>

17 Despesas financeiras líquidas

	2016	2015
	(não auditado)	
Rendimentos de aplicações financeiras	1.627	25
Juros e multa recebidos ou auferidos	776	586
Variações cambiais ativas	3.377	-
Receitas financeiras	<u>5.780</u>	<u>611</u>
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.428)	(5.781)
Juros sobre atraso em pagamentos	(472)	(315)
Despesas e comissões bancárias	(346)	(343)
Ajuste a valor presente de clientes	203	(5)
Perda com instrumentos financeiros derivativos	(2.490)	-
Variações cambiais passivas	(3.177)	-
Impostos sobre receita financeira	(112)	(15)
Outras	(375)	(325)
Despesas financeiras	<u>(12.197)</u>	<u>(6.784)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(6.417)</u>	<u>(6.173)</u>

18 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, são calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com seus valores correspondentes na demonstração do resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia apresentou base de cálculo negativa para apuração do IRPJ e da CSLL.

	2016	2015
	(não auditado)	
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.804)	(5.050)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>953</u>	<u>1.717</u>
Despesas indedutíveis	(103)	(26)
Outras diferenças permanentes	-	(53)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido	(2.430)	-
Imposto de renda e contribuição social		
Diferido	<u>(1.580)</u>	<u>1.638</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(1.580)</u>	<u>1.638</u>
Alíquota efetiva	<u>(56%)</u>	<u>32%</u>

b. Composição dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2016 (não auditado)	2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	553	277
Provisão para participação nos lucros	214	144
Provisão para contingências	91	32
Ajuste a valor presente de clientes	22	2
Instrumento financeiro derivativo	1.138	-
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	2.319	4.088
Ativo fiscal diferido	<u>4.337</u>	<u>4.543</u>
Capitalização de juros	(183)	(144)
Custo de transação	(510)	(384)
Variação cambial	(71)	-
Passivo fiscal diferido	<u>(764)</u>	<u>(528)</u>
Ativo fiscal diferido líquido	<u>3.573</u>	<u>4.015</u>

c. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação ao seguinte item:

	2016 (não auditado)
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	<u>2.430</u>
	<u><u>2.430</u></u>

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilizar tais benefícios.

19 Instrumentos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

Risco de crédito;

Risco de liquidez;

Risco de taxa de câmbio; e

Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e

aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes do cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$ 1.628, representando aproximadamente 22% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2015, esta provisão era de R\$ 1.629, representando aproximadamente 25% do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

	2016 (não auditado)	2015
Caixa e equivalente de caixa	1.057	445
Aplicações financeiras	22.087	-
Contas a receber de clientes	5.649	4.766
Total	<u>28.793</u>	<u>5.211</u>

Garantias

Não há garantias financeiras fornecidas pela Companhia, além daquelas citadas na nota explicativa nº 10.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Administração julga que a Companhia não tem risco alto de liquidez, considerando a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

Os quadros a seguir demonstram os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Fluxo Financeiro - 2016 (não auditado)							
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	2.189	2.189	2.189	-	-	-	-
Empréstimos e debêntures	54.189	97.536	5.071	6.862	6.772	6.614	72.217
Contas correntes a pagar partes relacionadas	1.688	1.688	-	-	-	-	1.688
Instrumentos financeiros derivativos	3.905	39.254	9.680	6.925	5.619	4.559	12.471
Outras contas a pagar	200	200	200	-	-	-	-
Total	62.171	140.867	17.140	13.787	12.391	11.173	86.376

Fluxo Financeiro - 2015							
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Empréstimos e debêntures	42.883	49.495	39.097	-	-	-	10.398
Fornecedores e empreiteiros	2.560	2.560	2.560	-	-	-	-
Contas correntes a pagar partes relacionadas	5.119	5.119	-	-	-	-	5.119
Outras contas a pagar	248	248	248	-	-	-	-
Total	50.810	57.422	41.905	-	-	-	15.517

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações e em empréstimos, financiamentos e debêntures.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor Contábil	
	2016	2015
	(não auditado)	
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	22.087	-
Instrumentos de taxa variável		
<i>Passivos financeiros</i>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	54.189	42.883
Instrumentos financeiros derivativos	3.905	-
	58.094	42.883

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

(não auditado)								
Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2016	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1 - Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	22.087	Variação do CDI	14,00%	3.092	3.865	4.638	2.319	1.546
2 - Passivos financeiros								
Debêntures	(9.974)	Variação do CDI	14,00%	(1.396)	(1.745)	(2.094)	(1.047)	(698)
				<u>1.696</u>	<u>2.120</u>	<u>2.544</u>	<u>1.272</u>	<u>848</u>
(não auditado)								
Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2015	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
2 - Passivos financeiros								
Empréstimos e debêntures	(42.883)	Variação do CDI	13,24%	(5.678)	(7.098)	(8.517)	(4.259)	(2.839)
				<u>(5.678)</u>	<u>(7.098)</u>	<u>(8.517)</u>	<u>(4.259)</u>	<u>(2.839)</u>

Risco de taxas de câmbio

Os riscos de taxas de câmbio decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para contratação de instrumentos financeiros. Para mitigar os riscos de variação cambial, os instrumentos financeiros da Companhia em moeda estrangeira estão cobertos com a contratação de operações de *hedge* através de instrumentos financeiros derivativos do tipo “*swap*”.

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira da Companhia, conforme fornecido aos acionistas baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme abaixo:

(não auditado)								
Risco Cambial	Exposição	Unidade	Taxa de câmbio em 2016	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Instrumentos derivativos								
Empréstimos e financiamentos	(13.567)	USD	R\$ 3,2591	200	250	300	150	100
Swap - Ponta ativa (i)	14.000	USD	R\$ 3,2591	(3.905)	(4.881)	(5.858)	(2.929)	(1.953)
Exposição líquida	<u>433</u>			<u>(3.705)</u>	<u>(4.631)</u>	<u>(5.558)</u>	<u>(2.779)</u>	<u>(1.853)</u>

(i) Essa exposição refere-se ao efeito no resultado e no patrimônio líquido da operação de *hedge*.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Gerenciamento do capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

(não auditado)					
	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2016
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	1.057	-	1.057
Aplicações financeiras	5	22.087	-	-	22.087
Contas a receber de clientes	6	-	5.649	-	5.649
Total		<u>22.087</u>	<u>6.706</u>	<u>-</u>	<u>28.793</u>
Passivos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	-	-	54.189	54.189
Fornecedores e empreiteiros	9	-	-	2.189	2.189
Instrumentos financeiros derivativos (i)		3.905-	-	-	3.905
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	8	-	-	1.688	1.688
Outras contas a pagar		-	-	200	200
Total		<u>3.905-</u>	<u>-</u>	<u>58.266</u>	<u>62.171</u>

(i) Os Instrumentos financeiros derivativos estão atrelados ao *hedge* de fluxo de caixa e por consequência os efeitos de valor justo são registrados temporariamente no patrimônio líquido.

	NE	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2015
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	445	-	445
Contas a receber de clientes	6	4.766	-	4.766
Total		<u>5.211</u>	<u>-</u>	<u>5.211</u>
Passivos				
Empréstimos e debêntures	10	-	42.883	42.883
Fornecedores e empreiteiros	9	-	2.560	2.560
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	8	-	5.119	5.119
Outras contas a pagar		-	248	248
Total		<u>-</u>	<u>50.810</u>	<u>50.810</u>

Hedge Accounting

Instrumentos financeiros derivativos

Os acionistas aprovaram em assembleia, a contratação de contrato de *swap*, com o objetivo de trocar a variação cambial do dólar norte americano por CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia mantém os instrumentos financeiros derivativos de *swap* para a cobertura de risco de taxas, conforme demonstrado:

(não auditado)						
Derivativo	Nocional	Ativo	Passivo	Mercado	Vencimento	2016
<i>Swap</i>	USD 14.000	USD + 4,89% a.a.	CDI + 2,70% a.a.	CETIP	15/dez/26	3.905
						<u>349</u>
						3.556

A Companhia possui como política avaliar a necessidade de adoção de *Hedge Accounting* para as operações utilizadas em sua gestão de riscos financeiros. Sendo assim, com base no CPC38 a Companhia designou a operação apresentada abaixo para *hedge accounting* de fluxo de caixa, sendo que os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados para *hedge* de fluxo de caixa, enquanto não realizados estão registrados no patrimônio líquido, e o valor de *accrual* no resultado conforme demonstrado abaixo:

	Patrimônio Líquido 2015	(não auditado)	
		Variação	Patrimônio Líquido 2016
Instrumentos financeiros derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa:			
Riscos de moeda	-	(3.347)	(3.347)
IR/CS diferidos sobre perdas	-	1.138	1.138
Perdas líquidas reconhecidas em outros resultados abrangentes	-	(2.209)	(2.209)

	Resultado 2015	(não auditado)	
		Variação	Resultado 2016
Instrumentos financeiros derivativos designados como <i>hedge</i> de fluxo de caixa:			
Perdas reconhecidas no resultado do exercício (nota explicativa nº 17)	-	(2.490)	(2.490)

Valor justo

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

Abaixo está apresentada a análise de sensibilidade sobre a variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia. O cenário I corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das informações trimestrais. O cenário II e IV corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário III e V corresponde a uma alteração de 50% nas taxas, conforme tabela a seguir:

Risco da taxa de juros sobre passivos financeiros derivativos

Instrumento	Exposição	Risco Variação do CDI	(não auditado)					
			Taxa de juros efetiva a.a. 2016	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
<i>Swap</i>	45.836		14,00%	6.417	8.021	9.626	4.813	3.209

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos e debêntures é demonstrado abaixo:

	2016		2015	
	(não auditado)			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos				
Capital de giro	-	-	34.275	35.868
Debêntures	9.974	11.892	8.608	10.435
<i>Loan</i>	45.714	47.738	-	-
	<u>55.688</u>	<u>59.630</u>	<u>42.883</u>	<u>46.303</u>

Os valores justos de empréstimos e debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apuração do valor justo

Nível 2 - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

A divulgação do valor justo dos empréstimos e das debêntures são classificadas no nível 2 de hierarquia de valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada.

20 Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia possui compromisso mensal referente à taxa de regulação que corresponde a 1% do montante mensal efetivamente arrecadado.

21 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

* * *

Contador

Percival Gratti Junior
Contador - CRC nº 1SP-239268/O-9